

Sentidos da *accountability* educacional no discurso da política educacional pernambucanaⁱ

Meanings of educacional *accountability* in the discourse of educacional policy in Pernambuco

Ana Lúcia Felix dos Santos
Janete Maria Lins de Azevedo
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife/PE-Brasil

Resumo

Este estudo adota a política educacional de Pernambuco e seu sistema de avaliação externa como campo de pesquisa e a *accountability* educacional como campo teórico. O objetivo consiste em analisar os sentidos discursivos presentes nos diferentes dispositivos de regulação que são colocados em ação por essa política e estão vinculados à *accountability* educacional. Utiliza a análise crítica do discurso como método e a intertextualidade como foco da análise. Os resultados revelam uma política que agrega os elementos de um modelo estruturado de *accountability* educacional (avaliação, prestação de contas e responsabilização), num movimento que está articulado aos indicativos de uma perspectiva gerencialista e neoliberal de governar.

Palavras-chave: política educacional; avaliação educacional; *accountability*.

Abstract:

This study has as its research area Pernambuco's educational policy and its external assessment system, and as its theoretical field educational accountability. The purpose is to analyse the discursive meanings inherent in the many regulatory mechanisms used by this policy, which are related to educational accountability. It employs critical discourse analysis as a method, with intertextuality as the centre of the investigation. The findings reveal a policy that aggregates the elements of a structured model of educational accountability (assessment, accountability, and responsibility) in a movement aligned with the indicators of a managerialistic and neoliberal governing approach.

Keywords: Educational Policy; Educational Evaluation; Accountability.

1. Introdução

Este estudo adota o sistema de educação estadual e sua política de avaliação externa como campo de pesquisa e, como campo teórico, a *accountability* educacional, enquanto estratégia da política educativa que vem tomando corpo nos últimos anos nos diversos estados da federação brasileira. O foco específico deste trabalho recai sobre a política de avaliação educacional desenvolvida no estado de Pernambuco (PE) e sua relação com os dispositivos da *accountatility* educacional.

Mesmo com a reorientação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que passou a aplicar a Prova Brasil de forma censitária, os estados brasileiros continuaram a desenvolver seus sistemas próprios de avaliação, a partir principalmente da justificativa de que os dados do Saeb eram descontextualizados e só divulgados de dois em dois anos, o que limitava a formulação de políticas que pudessem atender às especificidades escolares (Machado *et al.*, 2015).

Consideramos que o surgimento e a ampliação desses sistemas faz parte do movimento de regulação da educação que toma como um dos seus eixos a utilização de avaliação externa. Partimos do pressuposto de que esse processo de regulação consiste nas mudanças que os estados nacionais vêm implantando sobre suas próprias formas de governar, que, de forma dialética, vêm sendo imputado pelo fortalecimento do neoliberalismo e das formas gerencialistas de administração da coisa pública (Dardot; Laval, 2016).

Assim, ao tomar a política educacional e de avaliação do estado de Pernambuco, pretende-se analisar os sentidos discursivos vinculados à *accountability* educacional presentes nos diferentes dispositivos de regulação que são colocados em ação por essa política. A política educacional de PE pauta-se no Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para Educação (PMGP-ME), que congrega os seguintes dispositivos: Sistema de Avaliação Educacional (Saepe), Metas para educação (através do Termo de Compromisso) e Bônus do Desempenho Educacional (BDE). É um sistema complexo e vários documentos amparam e regulam as ações. Assim, o *corpus* da pesquisa foi composto por um acervo de documentos oficiais normatizadores do sistema de avaliação escolhido, sobre os quais realizamos uma análise crítica do discurso (Fairclough, 2012), focando na intertextualidade e na interdiscursividade.

2. Accountatily educacional e regulação da educação

Na literatura, encontramos uma gama de discussões sobre a relação entre avaliação, responsabilização e *accountability* que nem sempre dialoga entre si. Pesquisadores interessados no tema têm buscado contribuir com essa área, mas não há um consenso sobre o sentido do termo *accountability*. A palavra, própria da língua inglesa, nem sempre encontra tradução em outras línguas.

Muy empleada en la literatura anglosajona, la noción de *accountability* no encuentra una traducción estable en francés donde, según el caso, se traduce por "rendición decuentas", "responsabilización" o "responsabilidad", "imputabilidad" o "deuda", nociones que poseen cada una connotaciones diferenciadas (más bien administrativa, política, moral o contable, según el caso) y no alcanzan a cubrir totalmente la complejidad y el carácter multiforme de la noción (Dutercq, 2016, p. 146-147).

Na língua portuguesa também não há uma tradução literal, e esse debate ainda está em andamento no campo das políticas educacionais, em especial nas discussões sobre os contornos que marcam as políticas de avaliação educacional (Afonso, 2009, 2012; Oliveira; Santos, 2021). As discussões aparecem de diferentes formas, o que resulta num rico e promissor debate para o entendimento dessas políticas:

Os resultados revelaram uma diversidade de significados nos discursos sobre a concepção de *accountability* educacional, que tem sido frequentemente interpretada como responsabilização. E essa interpretação tem provocado uma limitação para os estudos aprofundados da temática, dada a sua representação negativa em virtude de compreender que a política de *accountability* é caracterizada por aquele espectro mais cruel, que é atribuir a responsabilização exclusiva aos gestores escolares e aos professores sobre os resultados do desempenho dos alunos (Oliveira; Santos, 2021, p. 16).

A adoção de um sistema complexo de *accountability* educacional, que inclui formas de avaliação padronizada (aplicação de testes em larga escala), revela contornos de um padrão de política pública que se afina com as formas de regulação estatal em voga atualmente. Concordando com Nogueira (2015, p. 31), podemos dizer que é com essa característica que a avaliação em larga escala (assim como os outros elementos da *accountability*) “tanto se constitui um exercício de poder, quanto pode acionar mecanismos de regulação capazes de adentrar o contexto escolar de uma forma sutil, como se compusesse a dinâmica interna da escola, influenciando processos, mas com foco nos resultados”.

Esse movimento associa a avaliação à qualidade da educação e tem levado diversos pesquisadores a afirmar que estamos vivenciando concepções estatais denominadas de “estado avaliador”.

Sentidos da *accountability* educacional no discurso da política educacional pernambucana

Assim, o estado se torna avaliador e não se contenta mais em verificar se as regras foram respeitadas ou os orçamentos bem ajustados às necessidades; ele multiplica os instrumentos para a avaliação dos resultados (que, aliás, já existiam em alguns casos) para usá-los como ferramentas de gestão dessas políticas e não exclusivamente como ferramentas pedagógicas a serviço de uma regulamentação local de tipo pedagógico pelos profissionais (Mons, 2009) (Maroy; Voisin, 2013, p. 895).

Esse é um dos movimentos que marcam as políticas de regulação com base na *accountability* e vêm sendo vinculados à noção de estado avaliador, que envolve os mecanismos de controle da atividade pedagógica via estabelecimento de padrões e sanções, ou seja, mesmo com ações que controlam o processo, o que importa na realidade é o resultado quantitativo. Há nesse processo de controle uma supervalorização da racionalidade instrumental e de resultados quantificáveis, que, em vez de garantir a efetiva autonomia das instituições educacionais, acaba por responsabilizar os agentes educacionais pelo fracasso ou sucesso dos estudantes, estabelecido em forma de números e padrões.

Arelado ao sistema de avaliação, o Estado, por vezes, também implanta outras ações articuladas de regulação, como a adoção de estratégias de recompensa para os profissionais da educação conectadas aos resultados dos estudantes em testes estandardizados. Essa discussão, que envolve responsabilização, meritocracia e prestação de contas, vem sendo desenvolvida como parte das discussões sobre *accountability*.

Ainda sobre essa questão das avaliações externas, é possível dizer que o Brasil vem caminhando na esteira da ordem internacional ao ampliar esse tipo de ação política. O desafio dos governos nacionais e subnacionais tem sido o de definir políticas educacionais com o objetivo de conferir um maior desempenho aos seus sistemas educativos. Desse modo, a avaliação de sistemas educacionais aparece como principal estratégia de regulação da educação e vem tomando grande centralidade no contexto atual das políticas educacionais. Tal centralidade se deve ao fato de se acreditar que os resultados das avaliações servem para revelar possíveis resultados insatisfatórios e amparar o estabelecimento de ações governamentais específicas. Além disso, o discurso de adoção de avaliação dos sistemas de ensino vem sendo vinculado a uma determinada concepção de qualidade da educação, ou seja, defende-se a perspectiva de que é necessário definir metas de desempenho dos estudantes e das escolas e, posteriormente, aplicar exames aos estudantes para analisar o hiato de qualidade entre o que se propôs enquanto meta e o que foi possível alcançar

enquanto desempenho estudantil. Essa concepção vem sendo criticada por não ser compatível com a perspectiva de qualidade social da educação.

A partir dos estudos que tomamos como referência, é possível inferir que as políticas de avaliação educacional no Brasil envolvem o que Afonso (2012) designa por “pilares da *accountability* educacional”: prestação de contas, responsabilização e avaliação. No entanto, há grandes diferenças entre os formatos dos sistemas de avaliação e entre os usos dos dados gerados por esses sistemas avaliativos, o que reforça nosso interesse por aprofundar os estudos nessa área.

Com base no debate acima exposto, buscaremos analisar a política pernambucana e acreditamos que esta pesquisa pode tornar-se uma referência para a análise do discurso que vem sendo implementado como política de regulação e responsabilização nos sistemas de avaliação estaduais brasileiros.

3. Caracterizando a política educacional do estado de Pernambuco

Em Pernambuco, no ano de 2008, foi lançado o Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para Educação, tendo como foco a elevação de indicadores educacionais da rede estadual. O PMGP-ME envolve os seguintes elementos: Termo de Compromisso e Metas por escola; Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (Saepe), sistema próprio de avaliação; Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (Idepe); Bônus de Desempenho Educacional (BDE), recompensa para as escolas e profissionais da educação que atingem as metas; Sistema de Informações Educacionais de Pernambuco (Siepe), que corresponde a um sistema de monitoramento de indicadores e resultados; dentre outros elementos complementares que buscaremos explicitar neste estudo, como o Adicional de Eficiência Gerencial (AFG) e o Progepe.

O Saepe é um dos carros-chefes dessa política, mas não é um elemento novo, pois já existe desde o ano 2000, no entanto, foi reformulado e adaptado aos novos propósitos educacionais vigentes no PMPG-ME. Trata-se de um sistema que, aos moldes do Saeb, aplica testes em larga escala para estudantes do 9.º ano do Ensino Fundamental e da 3.ª série do Ensino Médio, nas áreas de Português e Matemática. Seus principais objetivos são: produzir informações sobre o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências das áreas avaliadas; monitorar o desempenho dos estudantes ao longo do tempo; contribuir diretamente para a adaptação das práticas de ensino às necessidades dos alunos; associar os

Sentidos da *accountability* educacional no discurso da política educacional pernambucana resultados da avaliação às políticas de incentivo; compor, em conjunto com as taxas de aprovação verificadas pelo Censo Escolar, o Idepe (Pernambuco, 2011).

O Idepe é um indicador composto pela combinação dos resultados do Saepe e do fluxo escolar (a partir de dados do Censo Escolar), nos mesmos moldes do Ideb, e é considerado o indicador de qualidade da educação pública estadual (Pernambuco, 2011).

O BDE é uma premiação por resultados que beneficia os servidores lotados e em exercício nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino e nas Gerências Regionais de Ensino. O bônus é proporcional ao cumprimento da meta estabelecida para a escola ou GRE e para ganhá-lo deve-se atingir, no mínimo, 50% da meta estipulada. O Termo de Compromisso é um documento assinado pelos gestores escolares e pela Secretaria de Educação no qual estão estabelecidas as metas de desempenho institucional a serem alcançadas no ano. A Meta é pautada no Idepe de cada instituição escolar, ou seja, cada escola tem o seu Idepe e a partir desse indicador é estipulada a meta do ano seguinte.

O Siepe tem como finalidade assegurar o cumprimento dos objetivos da política educacional e alcançar as metas estabelecidas no Termo de Compromisso de cada unidade escolar (Pernambuco, 2008a). O sistema monitora os indicadores de processo das escolas estaduais e disponibiliza informações tendo como foco a melhoria dos indicadores de resultados.

Além desses dispositivos, outros foram incorporados à política, como é o caso do Adicional de Eficiência Gerencial (AFG), concedido mensalmente aos gestores escolares em função do atingimento do Índice de Eficiência Gerencial. Toda equipe de gestão da escola pode receber esse adicional: diretor, diretor adjunto, secretário escolar e educador de apoio. O Programa de Formação de Gestores Educacionais de Pernambuco (Progepe), também foi incorporado à política e é voltado, em grande parte, para temáticas que envolvem gestão por resultados.

Tomando por base a descrição exposta, passaremos a analisar o discurso presente nos documentos, buscando analisar os sentidos atribuídos à *accountability* educacional nessa política.

4. Responsabilização, regulação e prestação de contas no discurso da política

Para análise da política pernambucana, buscaremos tomar alguns dos documentos considerados fundantes, quais sejam: o documento do PMGP-ME (Pernambuco, 2008a); a Nota Técnica do BDE (2008c), as duas leis que regulamentam o BDE (13.486 de 01 de julho de

2008, 13.696 de 18 de dezembro de 2008 e o Decreto nº 32.300, de 08 de setembro de 2008) e o Termo de Compromisso. Esses podem ser considerados os documentos basilares, pois é a partir deles que a política entra em ação. É com eles que o governo coloca em prática as estratégias governamentais próprias do sistema de regulação e responsabilização educacional que, ao nosso ver, carregam os elementos de uma política de *accountability* educacional.

Focaremos em primeiro lugar no documento do PMGP-ME (Pernambuco, 2008a), que apresenta as diretrizes gerais da política e seus elementos estruturantes (Saepe, Idepe, BDE). Esse documento foi apresentado em forma de um caderno informativo, com uma linguagem de fácil acesso, recheado de fotografias de alunos, escolas e professores da rede pública. Do ponto de vista do conteúdo, o está assim organizado: uma fala de abertura assinada pelo então governador do estado (Eduardo Campos); em seguida, uma fala do então secretário de Educação (Danilo Cabral); e, na sequência, são apresentadas as principais ideias e concepções que compõem o Programa.

Nesse documento, é possível identificar os elementos que compõem um sistema de *accountability* educacional: avaliação, prestação de contas e responsabilização. O primeiro expressa-se na adoção e fortalecimento do Saepe; o segundo expressa-se na adoção de padrões, como o Idepe; e o terceiro tem sua expressão no BDE.

Na abertura, o documento apresenta um discurso marcado por uma análise (aligeirada) do contexto atual brasileiro, especificamente, de PE, apresentando um cenário de desenvolvimento e de avanços econômicos. Há uma ênfase no problema social que um desenvolvimento econômico sem o necessário desenvolvimento educativo pode acarretar. É um discurso político, governamental, que apresenta um problema, evidencia as possibilidades e a responsabilidade educacional (de todos) e propõe as estratégias escolhidas como solução.

É um texto discursivo governamental particular – uma introdução ou apresentação para um documento de caráter oficial. Consiste num discurso persuasivo e prescritivo, com comandos de ação e cujo agente da ação é o *nós-governo*. Vejamos alguns trechos: “Esse cenário aumenta nossa responsabilidade”; “É fundamental que o Estado esteja preparado [...]”; “É com gente qualificada que conseguimos reduzir as taxas de desemprego e melhorar os indicadores sociais do nosso Estado [...]” (Pernambuco, 2008a, p. 3).

Sentidos da accountability educacional no discurso da política educacional pernambucana

O segundo texto, também de gênero governamental, é assinado pelo então secretário de Educação. Foca especificamente em dados educacionais e já apresenta os princípios de uma política de cunho neoliberal: “Essas ações constituem uma via de mão-dupla, onde o Estado fornece as condições *mínimas* para viabilizar o processo de ensino-aprendizado e ao mesmo tempo *cobra resultados*” (Pernambuco, 2008a, p. 5, grifos nossos). Ou seja, o maior foco é nos resultados.

Aqui é possível ver que a produção e distribuição do texto da política de Pernambuco são potencializadas pela palavra do próprio governador na apresentação do documento e pelo secretário de Educação na sequência. É um texto produzido por um líder que prevê uma distribuição complexa, já que é dirigido a diferentes leitores. Os leitores são múltiplos: professores, gestores escolares, outros membros da comunidade escolar e comunidade em geral. Esse movimento revela um desejo de dar força ao texto, de convencer, de revelar que o governo como um todo está envolvido e decidido a colocar em prática a nova política, a nova gestão da política educacional.

Fairclough (2001, p. 108) assevera que produtores de discursos advindos de “organizações sofisticadas, como departamentos do governo, produzem textos de forma a antecipar sua distribuição, transformação e consumo, e neles constroem leitores Múltiplos”. Esse é o caso dos documentos da política de Pernambuco. Já há uma antecipação na sua distribuição, transformação e consumo, vide o formato do documento PMGP-ME, com figuras, gráficos e texto de fácil leitura e acesso para diferentes sujeitos, respaldado em números e estatísticas – textos prescritivos, cujos modalizadores já informam o seu “*dever ser*”, sua intencionalidade.

A modalização expressa na fala do secretário de Educação, por exemplo, revela sua adesão, sua crença na ação de uma política neoliberal e de regulação e responsabilização. Vejamos:

Esse princípio do Programa de Modernização da Gestão Pública é o *meio mais eficaz* para o Estado alcançar os objetivos desejados, *definindo para cada escola metas* para serem cumpridas de forma que a unidade evolua com relação a si mesma. O *novo sistema* também *incentiva* profissionais que vivem no dia-a-dia da escola (diretor, coordenadores, professores e funcionários) para trabalharem de forma *agregadora* e com mais *entusiasmo*, uma vez que uma política de incentivos também foi pensada para esses trabalhadores (Pernambuco, 2008a, p. 5, grifos nossos).

Pautado por expressões próprias da administração gerencial (*meio mais eficaz, metas, incentiva, entusiasmo*), o discurso vai revelando também a adoção da perspectiva neoliberal

de administrar. São discursos dominantes que apelam também para a regulação da ação e da interação nas organizações via trabalho agregador e para o atendimento de metas permeado por incentivos financeiros (Fairclough, 2012). Os incentivos financeiros, cujo objetivo é o aumento da produtividade, são uma estratégia antiga da administração do trabalho no capitalismo, mas que foi retomada com força no neoliberalismo (Oliveira, 2009).

Aqui já é possível registrar os elementos que fazem parte de uma política de *accountability* educacional: padrões (metas), atribuição de recompensas (política de incentivos), sanções. O discurso do secretário busca convencer que esse tipo de política ou ação governamental é a melhor escolha ou é a saída para os problemas: o PMGP e seus princípios constituem o “*meio mais eficaz*” para o alcance dos objetivos desejados.

Após os dois textos de abertura, o documento passa a apresentar as características e os princípios do Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para Educação. O PMGP-ME é apresentado, a princípio, como o caminho para superar os baixos índices do Ideb, que é utilizado como referência de qualidade da educação.

Ao longo de todo documento, identifica-se referências à qualidade da educação com diferentes expressões (qualidade do ensino, qualidade da educação, educação de qualidade), mas sempre vinculada a indicadores educacionais, seja o Idepe, seja o Saepe.

O resultado do desempenho das escolas estaduais de Pernambuco no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2005 demonstra a baixa qualidade do ensino no Estado, sobretudo na modalidade de 5ª a 8ª série, que apontou a pior média do país (2,4) (Pernambuco, 2008a, p. 8).

É possível dizer que as condições de emergência e de produção desse discurso são possíveis graças a uma disseminação global de assertivas que atrelam a qualidade da educação a indicadores sintéticos e ao resultado de testes standardizados. Essa disseminação é respaldada pelo fortalecimento de um discurso que se expandiu internacionalmente através da aplicação de exames standardizados internacionais, como o PISA e o PIRLSⁱⁱ, que aplicam testes a estudantes de diferentes países e comparam os resultados, estabelecendo um ranking entre os países envolvidos. Dentre os exames internacionais, o PISA é, sem dúvida, o mais importante na atualidade e “parece ser onnipresente, quer pelo debate que galvaniza, quer pela legitimação das decisões políticas” (Barroso; Carvalho, 2008, p. 77). Além disso, a referência e adoção desses testes estão ligadas a reformulações ocorridas na educação com vistas a “incluir a competitividade econômica, em um discurso econômico ligado ao capital humano” (Pettersson; Mostald, 2016, p. 632).

Sentidos da accountability educacional no discurso da política educacional pernambucana

No Brasil, a vinculação de educação de qualidade a processos avaliativos em larga escala e à produção de dados via indicador sintético também é ressaltada com a criação do Saeb e do Ideb. Nos últimos anos, o Estado brasileiro, pautado pela influência internacional, assumiu a política de avaliação do sistema educacional como uma prioridade.

Esse lugar de destaque na agenda das políticas públicas educacionais possibilita investimentos significativos nas experiências avaliativas estatais e provoca novas formas de regulação e redimensionamento do papel do Estado e das instituições a ele vinculadas, que podem se refletir em práticas de modernização da gestão do ensino e das escolas, na cultura do desempenho, na redução do currículo, na responsabilização e na perspectiva de obrigação de resultados (Nogueira, 2015, p. 35-36).

É exatamente isso que é possível observar na política pernambucana, o que a vincula, também, à adoção de um sistema de *accountability*, dados os elementos que fazem parte da política estadual em análise.

Reforçando a vinculação do PMGP-ME à melhoria de indicadores temos esta passagem:

O programa está focado na melhoria dos indicadores educacionais do Estado, sobretudo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco – SAEPE, onde o Governo definiu metas a serem cumpridas, ano a ano, pelos gestores das unidades de ensino e das Gerências Regionais de Educação (GRES) (Pernambuco, 2008a, p. 8).

Interessante que antes desse parágrafo o documento resalta que o objetivo do PMGP-ME é consolidar nas escolas a “cultura da democracia e da participação popular” (Pernambuco, 2008a, p. 8), o que, no mínimo, soa estranho, já que quem decide as metas é o Governo, ou seja, nada de participação popular nos momentos de decisão.

A adoção da gestão por resultados revela uma adesão ao modo gerencialista de governar, elemento que pode ser destacado pelas parcerias com a iniciativa privada apresentadas no documento: “Este trabalho vem sendo desenvolvido em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial (INDG)” (Pernambuco, 2008a, p. 8), ambos ligados ao movimento de reforma gerencial no Brasil.

A partir da página 9 do documento, os elementos que compõem os pilares da *accountability* vão sendo explicitados e explorados. Essa é uma forma de distribuição do discurso, que prevê um convencimento por argumentos quantitativos e pela apresentação

encadeada das estratégias que colocam a política em ação: metas, Termo de Compromisso, monitoramento e avaliação, bonificação.

A secretaria de educação estabeleceu indicadores objetivos relativos às ações que influenciam na aprendizagem dos estudantes (infra-estrutura, quadro de pessoal e currículo) e estabeleceu metas individuais para cada escola [...]. As metas estão explicitadas no Termo de Compromisso (Pernambuco, 2008a, p. 9).

Desse discurso para a implementação, é possível afirmar que o foco nas metas objetivas e a responsabilização através da assinatura de um Termo de Compromisso (o gestor escolar assina o termo e, como tal, se responsabiliza pelo atendimento das metas da sua escola) é o que de fato funciona na política em ação. Pesquisas revelam que a contrapartida do governo não acontece conforme o anunciado. Há relatos sobre falta de pessoal e estrutura física deficitária, inclusive porque, com essas estratégias, o governo resolveu estabelecer diferenciações entre as escolas da rede e criar as Escolas de Referência em Ensino Médio, que funcionam em tempo integral ou semi-integral, além das escolas técnicas (Lindoso, 2017; Melo, 2015).

O papel da Secretaria de Educação (SE) é o de formular e coordenar a implantação das políticas públicas educacionais, apoiando as escolas no desenvolvimento do seu projeto pedagógico e avaliando os resultados obtidos, para verificar se os direitos dos estudantes por uma educação de qualidade estão sendo respeitados (Pernambuco, 2008a, p. 9).

Observa-se que cabe à SE formular, coordenar e avaliar as políticas educacionais, com foco no projeto pedagógico das escolas, mas é importante destacar que o projeto pedagógico da escola não pode ser outro senão o de atender as metas já estabelecidas pela SE.

Verificar se os direitos dos estudantes estão sendo respeitados implica em várias análises do ponto de vista da elaboração desse discurso. Os direitos são expressos em números: cabe à SE verificar, monitorar, se os números estão sendo atendidos. Tais números são expressos em frequência escolar de alunos e professores, número de aulas dadas, idade e série que os alunos estão matriculados, a nota final de cada escola no Saepe, o número de reprovação e abandono, tudo isso, em síntese, vai redundar no número do Idepe.

O monitoramento e a avaliação são tratados a seguir no documento. O Saepe é o principal componente avaliativo dessa política. As metas para escolas têm como referência a nota do Saepe. É um sistema anual de avaliação, por via da aplicação de testes padronizados

Sentidos da accountability educacional no discurso da política educacional pernambucana nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática para os estudantes do 5.º e 9.º ano do Ensino Fundamental e 3.ª série do Ensino Médio.

O Saepe fornece dados para o Idepe, que resulta desses resultados e de dados do fluxo escolar, nos mesmos moldes do Ideb. “O Idepe tem o papel de dialogar com a escola fornecendo um diagnóstico de sua qualidade, apontando pontos em que precisa melhorar e sinalizando na evolução, ano a ano” (Pernambuco, 2008a, p. 11). Nota-se novamente a referência à noção de qualidade.

Além do documento que estamos analisando nesta passagem da pesquisa, o discurso da política é disseminado a partir de outros meios, como em publicações no site da Secretaria de Educação. Uma dessas publicações traz o destaque no título, “Política de responsabilização educacional” (Pernambuco, 2018a), e passa a apresentar referências do Saepe, fazendo vinculação com o Idepe e do BDE. Ainda no site, encontramos pequenos textos explicativos sobre o Termo de Compromisso, as Metas e o BDE. De forma geral, o formato desses textos é muito parecido com o documento de 2008, são textos curtos, sucintos, mas com o objetivo de convencer o leitor que essa é realmente a melhor política. No entanto, pesquisas vão revelando o problema que envolve a responsabilização:

A lógica da responsabilização repousa sobre a noção do sujeito que deve, a partir do conhecimento da sua ação, melhorar sua prática e poder fazer escolhas responsáveis. Essa lógica de responsabilização moral e profissional tem sido largamente usada nos sistemas públicos de educação em boa parte do mundo, desenvolvendo mecanismos formais, sistemas próprios de medição de desempenho dos alunos, podendo estar ou não associado à política de incentivos materiais, como prêmios e bônus (Oliveira, 2020, p. 8-9).

Sobre as Metas, há aqui um discurso, no mínimo, interessante. Retomemos o documento base (Pernambuco, 2008a, p. 9), que afirma: “A secretaria de Educação estabeleceu indicadores [...] e estabeleceu metas individuais para cada escola.” Aqui a Secretaria, o governo, assume a ação, é o governo que define onde a escola deve chegar. Para tanto, utiliza estratégia gerencialista de produtividade: premiar os que atingem a meta, já que, em tese, trabalharam mais – em tese porque várias pesquisas revelam que professores e gestores por vezes se sentem injustiçados, pois trabalharam muito e não receberam a bonificação (Lindoso, 2017; Melo, 2015). Mas o conteúdo que aparece no site ameniza essa ação dividindo a responsabilidade de elaboração dessas metas ou deixando subentendido que as metas são estabelecidas em articulação com a escola: “No intuito de garantir o

comprometimento das escolas com a elevação dos indicadores educacionais, a equipe gestora das unidades escolares assina um Termo de Compromisso com a Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco, no qual são estabelecidas as metas de desempenho institucional a serem alcançadas no ano”. E ainda: “As metas estão definidas no Termo de Compromisso, que a escola firmou com a Secretaria de Educação de Pernambuco” (Pernambuco, 2018b, s/p)]. Quando se diz que “a escola firmou” ou que “as unidades escolares assinam um termo”, oculta-se o fato de que os gestores escolares são obrigados a assinar um termo cujas metas são definidas à revelia das escolas (Santos; Araújo; Melo; Nascimento, 2022).

Documentos, textos e regulamentos vão dando materialidade discursiva ao que está proposto na política. Uma das estratégias utilizadas nos documentos pernambucanos é o discurso de integração e de comprometimentos de “todos” pela educação de qualidade. Esse discurso fomenta uma empatia pelo modelo gerencial proposto, o modelo de gestão por resultados. Essa característica discursiva vai sendo revelada em vários documentos. Na Nota Técnica “A avaliação das escolas estaduais e o Bônus do desempenho educacional” (2008c, p. 2), é possível registrar:

O Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco e as Metas para a Educação Básica constituem uma política pública cuja diretriz é assegurar a melhoria da qualidade social da educação pública. Isto requer o comprometimento de todos: professores, gestores, alunos e suas famílias, unidos no esforço de cumprimento das metas estipuladas.

Esse discurso de “compromisso”, de “responsabilização” é uma marca da maior parte dos documentos. É uma característica do discurso neoliberal responsabilizar os indivíduos pelo sucesso ou fracasso das ações. O sucesso depende da ação de todos, mas é um sucesso medido em números, um sucesso que homogeneiza, que parte de que há igualdade de situações. No caso da política pernambucana, há esse ponto de partida na medida em que as escolas são todas colocadas sob o mesmo regime, sem que se considere o contexto em que elas estão inseridas.

A Nota Técnica repete e reforça o já exposto no documento anteriormente analisado, mas se apresenta com um caráter mais forte de regulamentação por ser justamente uma nota técnica, que consiste em um documento elaborado por técnicos especializados em determinado assunto e é emitida quando identificada a necessidade de fundamentação

Sentidos da *accountability* educacional no discurso da política educacional pernambucana formal ou informação específica da área responsável pela matéria e oferece alternativas para tomada de decisão.

O discurso técnico carrega uma força de convencimento, dada a sua vinculação a um discurso de acreditação: é formulado por especialistas, tem cunho regulamentador e traz implícito poder de decisão governamental. Nesse caminho, a Nota reforça os dispositivos utilizados na política gerencial de Pernambuco: avaliação, metas, padrões, sanções e premiação. Ou seja, é uma política de corte neoliberal, cujas características podem ser descritas como de “nova gestão pública”, marcada pela *accountability*.

As técnicas de gestão baseiam-se no tripé objetivos-avaliação-sanção. Cada entidade (unidade de produção, coletivo ou indivíduo) passa a ser “autônoma” e “responsável” (no sentido de *accountability*). No âmbito de suas missões, recebe metas que deve atingir. A realização dessas metas é avaliada regularmente, e a unidade é sancionada positiva ou negativamente de acordo com seu desempenho (Dardot; Laval, 2016, p. 302).

A Nota Técnica dá destaque ao BDE, que aparece como o coroamento da política, o ponto alto. É a bonificação, própria dos sistemas empresariais e gerenciais, e o discurso é iniciado pelo destaque legal:

As leis 13.486 de 01 de julho de 2008, 13.696 de 18 de dezembro de 2008 e o decreto nº 32.300, de 08 de setembro de 2008 instituem e regulamentam o Bônus de Desempenho Educacional – BDE. O BDE é uma premiação por resultados que beneficia os servidores lotados e em exercício nas unidades da rede pública estadual de ensino, baseado em metas objetivas a serem alcançadas pela escola (Pernambuco, 2008c, p. 7).

A política de cunho gerencial é própria do campo neoliberal, marcada por estratégias disciplinares e um quadro de ação estável via regras fixas. Tal quadro é constituído por aparato legal e por definições orçamentárias fixas, também é composto por situações de mercado: concorrência, competição, privatização. “Por fim, dispositivos de recompensas e punições, sistemas de estímulo e ‘desestímulo’ [...]. Serão construídos sistemas de controle e avaliação de conduta cuja pontuação condicionará a obtenção de recompensas e evitação das punições” (Dardot; Laval, 2016, p. 217).

Retomando os documentos governamentais e sua vinculação com a política de *accountability* educacional, podemos ver outras estratégias articuladas que também envolvem metas e bonificação. Referimo-nos especificamente ao Adicional de Eficiência Gerencial (AEG), uma gratificação específica para o grupo de gestão escolar vinculado a metas

e a indicadores gerenciais, devido mensalmente aos ocupantes das funções de Diretor Escolar, Diretor Adjunto, Assistente de Gestão, Secretário e Educador de Apoio lotado nas escolas da Rede Estadual de Educação, atribuído em função do atingimento do Índice de Eficiência Gerencial (Pernambuco, 2017).

Essa é mais uma estratégia gerencial que coloca os gestores escolares como foco. Segundo o discurso governamental, essa é uma estratégia de fortalecimento da gestão escolar (Pernambuco, 2016) que consiste num adicional financeiro concedido mensalmente aos servidores que estiverem ocupando a função de gestores e que atingirem o Índice de Eficiência Gerencial (IEF)ⁱⁱⁱ. Percebe-se, assim, que a ideia de fortalecimento da gestão escolar está vinculada ao aumento da racionalização e da burocracia, do monitoramento, do controle e do atendimento de números. Vinculadas às formas de *accountatilibty*, também são previstas recompensas e prestação de contas, já que os resultados de cada escola são publicados no site da Secretaria de Educação, revelando os gestores escolares que conseguiram atingir o IEF e, conseqüentemente, receberam o AEG.

Colocando os gestores escolares como foco do trabalho, pois são eles que conduzem o trabalho na escola, a política também atua com um programa de formação de gestores, o Progepe. Aqui o governo segue a cartilha neoliberal ao defender que, para instituir um programa de *accountability*, é preciso convencer, persuadir os envolvidos sobre os supostos benefícios desse tipo de programa.

O Progepe é um aliado nessa necessidade de “vender” as ideias de *accountability*. De forma que todos os gestores são obrigados a participar de alguma modalidade do processo formativo. Os conteúdos são claramente vinculados a uma defesa da proposta de *accountability* e do modo gerencial de governar. Como exemplo, podemos citar o Módulo XII do Curso de Aperfeiçoamento, cuja temática é Políticas de Responsabilização Educacional e debate os seguintes temas norteadores: Políticas de Responsabilização Educacional: a modernização da gestão pública como condição para *accountability*; Resultados em Pernambuco; Experiências no Brasil; O contexto internacional.

Os documentos que compõem os módulos desse curso merecem uma abordagem mais detalhada, o que não é possível neste estudo; no entanto, é possível destacar a passagem que abre a apresentação do caderno do Módulo XII:

A incorporação de estratégias de *accountability* ao novo modelo de gestão pública adotado pelo governo de Pernambuco tem como premissa o atendimento das demandas da sociedade com qualidade social, a transparência na gestão e o controle

Sentidos da accountability educacional no discurso da política educacional pernambucana

social da ação do governo. O compromisso do Governo de Pernambuco com o desenvolvimento social equilibrado e a melhoria das condições do povo pernambucano resultou na implantação de um novo modelo de gestão pública baseada em resultados. Para se adequar a esse novo modelo, a Secretaria de Educação, desde 2007, vem se reorganizando para além da sua estrutura organizacional, preocupando-se também com os processos e os resultados da escola, tomando como matriz a implementação de políticas de *accountability*, ou seja, de responsabilização na educação (Pernambuco, 2012, p. 6).

Na continuidade do documento, aparece uma discussão sobre o conceito de *accountability*, entendido como responsabilidade objetiva ou obrigação de responder por algo (Campos, 1990). Há um discurso que busca vincular esse conceito a mecanismos de gestão escolar democrática:

Neste contexto, as estratégias de responsabilização (*accountability*) trazem implícitos os mecanismos de uma gestão escolar democrática e participativa. Ao estabelecer metas anuais por escola a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco – IDEPE e instituir o Bônus por Desempenho Educacional – BDE, o governo de Pernambuco tornou possível o conhecimento dos resultados das escolas estaduais para os pais e comunidade escolar, ampliando os espaços de participação de todos na tomada de decisão do processo administrativo e do planejamento pedagógico escolar (Pernambuco, 2012, p. 7).

No entanto, não é possível entender que “ter acesso aos resultados” é uma forma de participação na tomada de decisão do processo administrativo e do planejamento pedagógico escolar. Pesquisas têm evidenciado que o projeto pedagógico da escola vem se vinculando muito mais ao Termo de Compromisso e ao atendimento de metas do Idepe, sem muitas possibilidades de intervenção da comunidade (Lindoso, 2017; Melo, 2015).

5. Considerações finais

No pilar da avaliação, a principal estratégia está no Saepe, cujo objetivo principal consiste em produzir informações sobre o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências consideradas relevantes nas áreas de Português e Matemática, mas os documentos revelam outras funções do Saepe, especialmente a de contribuir na melhoria da qualidade da educação. Por outra parte, a análise revela que a função de regulação e de responsabilização está presente e, de certo modo, sobrepuja as demais já que grande parte da prática pedagógica docente e de gestão vão girar em torno desse dispositivo (Lindoso; Santos, 2019; Santos; Araújo; Melo; Nascimento, 2022).

O pilar da prestação de contas é marcado pela presença de elementos indicados por Afonso (2009): indicadores educacionais, publicação de resultados, padrões, justificação, diferentes usos das informações, autoridade. O sistema trabalha com diferentes indicadores,

que vão ser sintetizados nas metas que cada escola precisa alcançar. A publicação irrestrita dos resultados é um dos pontos altos dessa responsabilização, já que há também o envolvimento da mídia e das redes sociais. As informações são utilizadas de diferentes formas: atingem diretamente professores, gestores e outros sujeitos do sistema educacional na medida em que servem para conferir ou não bonificações e para fazer um ranking das escolas.

O pilar da responsabilização está estreitamente vinculado à imputação de responsabilidades e/ou imposição de sanções negativas, via atribuição de recompensas materiais (BDE e AEG). O discurso presente nos documentos apela com uma avocação de normas de códigos deontológicos aos quais apenas os professores, gestores escolares e outros sujeitos responsáveis pela escola estão submetidos. O discurso também apresenta o governo como aquele que “já faz sua parte” na medida em que institui a política de *accountability* educacional, numa clara adoção de um modelo de estado avaliador. A gestão escolar e os professores acabam por ter uma pseudoautoridade para avançar na proposta pedagógica da escola. Na verdade, o modelo de política adotado exige que a escola se adeque ao processo, e a margem de autoridade que gestores e professores podem ter é aquela que leve a escola a atingir as metas.

É possível, então, identificar uma política que agrega os elementos de um modelo estruturado de *accountability* educacional, num movimento que está articulado aos indicativos do modelo gerencialista e neoliberal. A complexidade dos discursos presentes nos documentos nos inspira a continuar estudando essa política e a adentrar na prática das escolas para aprofundar o entendimento sobre ela.

Referências

AFONSO, A. J. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, 2012.

AFONSO, A. J. Políticas avaliativas e *accountability* em educação - subsídios para um debate iberoamericano. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, 09, pp. 57-70, 2009. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BARROSO, J; CARVALHO, L. M. PISA: un instrument de régulation pour relier desmondes. **Revue Française de Pédagogie**, Lyon, n. 164, pp. 77- 80, jul./set. 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/rfp.2133>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rfp/2133>. Acesso em: 02 jul. 2022.

Sentidos da accountability educacional no discurso da política educacional pernambucana

CAMPOS, A. M. *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, pp. 30-50, fev./abr. 1990. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049>. Acesso em: 23 jul. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DUTERCO, Y. *Accountability*, una caja de herramientas, no una política: El caso del sistema educativo francés. **Profesorado – Revista de currículo y formación del profesorado**, v. 20, n. 3, 2016. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/profesorado/article/view/54594>. Acesso em: 23 jul. 2020.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, [s.l.], v. 25, n. 2, pp. 307-329, 2012. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728>. Acesso em: 23 jul. 2020.

LINDOSO, R. C. B.; SANTOS, A. L. F. Política educacional e a avaliação em larga escala como elemento de regulação da educação. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 13, n. 1., jan. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/61241>. Acesso em: 23 jul. 2020.

LINDOSO, R. C. B. **Efeitos da política educacional de Pernambuco no trabalho docente**: as contradições advindas de processos de regulação e responsabilização. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MACHADO, C. et al. Sistemas estaduais de avaliação: interfaces com qualidade e gestão da educação. **RBP AE**, Goiânia, v. 31, n. 3, p. 667-680, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/63800>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MELO, D. V. “**Quando vai falar de Idepe, você fala de bônus**” – as influências do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (Idepe) nas escolas estaduais. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MAROY, C.; VOISIN, A. As transformações recentes das políticas de *accountability* na educação: desafios e incidências das ferramentas de ação pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 881-901, jul.-set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5dgZbjXWT86KxyJy7Lt5v9r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2022.

NOGUERIA, R. S. **Avaliação em Larga Escala como Regulação**: o caso do sistema estadual de avaliação da aprendizagem escolar – SEAPE/ACRE. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, M. A. A. de; DOS SANTOS, A. L. F. *Accountability* educacional: sentidos discursivos em análise. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 32, e07946, 2021. DOI: 10.18222/ea.v32.7946. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ea/article/view/7946>. Acesso em: 02 jul. 2022.

OLIVEIRA, M. B. de. A estratégia dos bônus: três pressupostos e uma consequência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 419-433, nov. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/jj/tes/a/qPNMxvkRG7DqsYKfCftSrLN/?lang=pt#:~:text=Podemos%20concluir%20ent%C3%A3o%20que%20o,pensamento%20pedag%C3%B3gico%20em%20nosso%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 23 jul. 2020.

OLIVEIRA, D. Políticas conservadoras no contexto escolar e autonomia docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15335>. Acesso em: 02 jul. 2022.

PETTERSSON, D.; MOLSTAD, C. E. Professores do PISA: a esperança e a realização da educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 629-645, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/es/a/Vr9z8PgmsMTDx5FFkHQRNwt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PERNAMBUCO. **Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para Educação**. 2008a. Disponível em: http://www.educacao.pe.gov.br/upload/galeria/644/programa_de_moderniza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

PERNAMBUCO. **Lei nº 13.486, de 01 de julho de 2008**. Institui o Bônus de Desempenho Educacional - BDE, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Educação em Rede. 2008b. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=13486&complemento=0&ano=2008&tipo=&url>. Acesso em: 06 ago. 2021.

PERNAMBUCO. **Nota Técnica**. A avaliação das escolas estaduais e o bônus do desempenho educacional – BDE. Secretaria de Educação, Pernambuco, 2008c.

PERNAMBUCO . **Lei nº 14.514**, de 7 de dezembro de 2011. Altera a Lei nº 13.486, de 1º de julho de 2008, que instituiu o Bônus de Desempenho Educacional - BDE, no âmbito do Estado de Pernambuco. Recife: Assembleia Legislativa, 2011. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=4466>. Acesso em: 06 ago. 2021.

PERNAMBUCO . **Construindo a excelência em gestão escolar**: curso de aperfeiçoamento: Módulo XII – Políticas de responsabilização educacional / Secretaria de Educação. Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2012.

PERNAMBUCO . **Decreto Nº 45.507**, de 28 de dezembro de 2017. Dispõe sobre as metas previstas e os critérios de apuração para o Índice de Eficiência Gerencial e para os indicadores que o compõem e sobre o pagamento do Adicional de Eficiência Gerencial no ano de 2018. Recife: Assembleia Legislativa, 2017. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/14908/decreto%20n%C2%BA%2045.507,%20de%2028%20de%20dezembro%20de%202017.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2021.

PERNAMBUCO, **LEI Nº 15.973 de 23 de dezembro de 2016**. Institui o Adicional de Eficiência Gerencial – AEG no âmbito da Rede Estadual de Educação e altera a legislação que indica. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=15973&complemento=0&ano=2016&tipo=&url=>. Acesso em 12 dez. de 2021.

PERNAMBUCO. SIEPE – Sistema de Informações da Educação de Pernambuco. **Política de Responsabilização Educacional**, Recife, Governo do Estado [2018?]. Disponível em: <http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaItemMenuConteudo=5905>. Acesso em: 02 dez. 2021.

PERNAMBUCO. SIEPE – Sistema de Informações da Educação de Pernambuco. **Termo de Compromisso**, Recife, Governo do Estado, [2018b]. Disponível em: <https://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaltemMenuConteudo=5906>. Acesso em: 02 dez. 2021.

SANTOS, A. L. F. dos; ARAÚJO, A. V.; MELO, D. V. de.; NASCIMENTO, K. T. F. Política de avaliação educacional em Pernambuco e a influência do IDEPE. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 16, e83258, jan. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v16i1.83258>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/83258>. Acesso em: 02 jul. 2022.

Notas

ⁱ Esta pesquisa contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ⁱⁱ O Progress in International Reading Literacy Study (PIRLS) trata-se de um exame que analisa o nível de leitura dos alunos do 4.º ano do Ensino Fundamental, sendo realizada pela International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA). PISA (Programme for International Student Assessment) é uma avaliação aplicada pela OCDE para analisar a capacidade de leitura, o conhecimento de matemática e a alfabetização em ciências dos alunos com 15 anos.

ⁱⁱⁱ “Art. 4º Para o exercício de 2018, o Índice de Eficiência Gerencial será obtido mediante aferição dos Indicadores de Eficiência Operacional, de Regularidade na Prestação de Contas e de Regularidade no Registro de Informações Gerenciais” (PERNAMBUCO, 2017).

Sobre os autores

Ana Lúcia Felix dos Santos

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Realizou estágio de Pós-Doutoramento em Ciências da Educação pela UMinho-Portugal. Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Centro de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Integra o Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Educação. Lattes: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/563942111589582. ORCID: [0000-0002-1040-2156](https://orcid.org/0000-0002-1040-2156). Email: ana.fsantos@ufpe.br

Janete Maria Lins de Azevedo

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas. Realizou estágios de Pós-doutoramento na Universidade de Paris 8, junto ao grupo de pesquisa ECOLE, e na Universidade de Valência-Espanha. É professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Centro de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Lidera o Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Educação. Lattes: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/563942111589582. ORCID: [0000-0002-2089-6735](https://orcid.org/0000-0002-2089-6735). Email: janete.azevedo@ufpe.br

Recebido em: 18/03/2023

Aceito para publicação em: 03/12/2023